



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJS
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

RELATÓRIO Nº 1/2022 - ASSESSORIA JURIDICA DA CORREGEDORIA

Processo nº: 7002861-69.2022.8.08.0000

Assunto:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DA SEDE DA COMARCA DE ITAPEMIRIM/ES

A Corregedoria Geral da Justiça realizou correição ordinária na comarca de Itapemirim/ES entre os dias 9 a 13 de maio de 2022. Além das unidades judiciárias e administrativas da comarca, o trabalho de correição teve por objetivo cumprir a r. Decisão CONR 1311381, da lavra da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora Nacional de Justiça, exarada nos autos do Processo SEI/CNJ 04175/2022, e também acompanhar o desdobramento das investigações relativas ao incêndio no Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas da Sede (CNS 02.229-3), ocorrido na madrugada do dia 4 do corrente mês.

Providências adotadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo

Tão logo tomei conhecimento dos graves fatos noticiados, determinei o deslocamento imediato de uma equipe ao local para acompanhamento e visando a manutenção dos serviços essenciais delegados, bem como foi instaurado de ofício o pedido de providências 7002823-57.2022.8.08.0000 onde determinei, por meio da Decisão/Ofício 1153094, a adoção de todas as medidas com a finalidade de apuração e esclarecimento.

Diante da urgência e gravidade da situação, foi editada a Portaria nº 25/2022, suspendendo as atividades da serventia atacada entre os dias 04 de maio a 06 de junho do corrente ano. Para a continuidade do serviço público e o atendimento da população, foi autorizado, excepcionalmente, que os atos correspondentes durante o período estabelecido fossem lavrados pelo Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito de Itaipava da Comarca de Itapemirim/ES, local onde a delegatária atua como interina.

Providências adotadas pela delegatária

Em conversa com a titular, e equipe da Corregedoria foi informada que a serventia possuía sistema de alarme sonoro e câmeras de vigilância em funcionamento, o que possibilitava o monitoramento a partir de sua residência.

Na madrugada do dia 2 deste mês de maio houve um primeiro incêndio. Ao disparar o alarme, o escrevente substituto deslocou-se imediatamente ao local e conseguiu, junto aos vigilantes particulares contratados que lá estavam, controlar o fogo que causou pequenos danos. A titular comunicou este fato à autoridade policial.

Na madrugada do dia 4, dois dias após, houve o segundo incêndio. Ao disparar novamente o alarme, a delegatária percebendo do que se tratava acionou por ligação telefônica a autoridade policial e corpo de bombeiros militar, enquanto seu substituto deslocava-se até o local. No entanto, tendo em vista a extensão das chamas não foi possível adotar nenhuma providência eficaz para conter o fogo até a chegada da brigada de incêndio.

Das instalações da serventia

Em visita ao local onde funcionava o Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas da Sede da Comarca de Itapemirim/ES, constatou-se que o imóvel bem como os bens móveis usados na atividade foram destruídos pelo fogo, como se pode observar, também, pelo dossiê fotográfico anexo. A parte do acervo que ficou preservada, livros e demais documentos da serventia, foi devidamente inventariada e está resguardada, temporariamente, em sala separada no fórum da comarca de Itapemirim/ES. Destaque-se que, dentre outros, o livro de nascimento A-01, o mais antigo, permaneceu intacto.

Muito embora a titular esteja, no momento, sob abalo emocional, outro local está sendo preparado para receber a nova instalação da serventia, contando com o auxílio do Sindicato dos Notários e Registradores do Espírito Santo (SINOREG-ES), dos escreventes e demais delegatários do foro extrajudicial do Estado.

Situação jurídica das serventias

O Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas da Sede da Comarca de Itapemirim/ES (CNS 02.229-3) encontra-se delegado à Natália Bastos Bechepeche Antar pelo Ato nº 088/2019, de 08/02/2019, com posse em 13/02/2019 e exercício em 20/03/2019. Conforme certidão anexa, a serventia esteve sob a responsabilidade de Teófilo Soares da Silva, que foi efetivado da titularidade do através do Ato nº 039/90, do dia 17/01/1990, onde permaneceu até 19/03/2019, quando se afastou para a atual titular assumir o cargo de Oficiala e Tabeliã.

O Ato nº 039/90, que efetivou Teófilo Soares da Silva na titularidade, foi desconstituído por decisão do Conselho Nacional da Justiça nos autos dos Procedimentos de Controle Administrativo nºs 2008.10.00.000697-4 e 2008.10.00.000885-5, e a serventia levada a concurso público.

Ressalte-se, por oportuno, que Teófilo Soares da Silva ajuizou a Ação Originária 2603, com pedido liminar, junto ao Supremo Tribunal Federal onde questiona a delegação da serventia e requereu que fosse reconhecida a *"... regularidade da titularidade do Autor enquanto Oficial e Tabelião do Cartório do Registro Civil e Tabelionato de Notas da Sede da Comarca de Itapemirim-ES (CNS 02.229-3) até a data da vacância do Cartório pela aposentadoria da antiga titular Georgeta Gomes da Fonseca..".* A

ação foi julgada improcedente no dia 29/03/2022, e foi interposto agravo regimental no dia 26/04/2022, estando conclusos ao relator.

Natália Bastos Bechepeche Antar responde, ainda, de forma precária e interinamente pelos Cartórios do Registro Civil e Tabelionato de Notas do distrito de Itaipava, conforme decisão exarada nos autos do Processo nº 201800453782, e do distrito de Itapecoá, conforme decisão exarada nos autos do Processo nº 7002640-91.2019.8.08.0000, ambas da Comarca de Itapemirim/ES.

Das irregularidades

Com a entrada em exercício no cartório onde recebera a delegação, a titular, Natália Bastos Bechepeche Antar, tomou conhecimento de muitas irregularidades nos livros e documentações, referentes ao período em que estava sob a responsabilidade de Teófilo Soares da Silva. Por meio do Ofício nº 05/2019, foi comunicado ao Juiz de Direito da comarca que, por sua vez, encaminhou à Corregedoria Geral da Justiça, onde foi autuado o Processo SEI nº 7004365-18.2019.8.08.0000 e proferida a Decisão/Ofício 0667992.

A titular solicitou que fosse lavrada ata notarial nas notas do Cartório do 3º Ofício de Notas da comarca de Itapemirim/ES (CNS 02.409-1), livro 222-D, folhas 117-140, onde relatou o estado de conservação do acervo, transmitido a ela por força do Ato nº 088/2019. A ata foi encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça, onde foi autuado o Processo SEI nº 7006836-07.2019.8.08.000 e proferida a Decisão/Ofício 0565342.

Conforme outras inconsistências surgiam a delegatária comunicava ao juízo por ofício. As inconsistências constaram, também, na ata de inspeção realizada em 14 de outubro de 2020. Dentre as comunicações, destacam-se os Ofícios nº 081/2020 e nº 092/2020 onde foi relatada a existência de certidões de inteiro teor emitidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais da sede de Itapemirim/ES e assinadas por Teófilo Soares da Silva, nos meses de julho e setembro de 2020, período ao qual não mais respondia pelo serviço.

Por meio do Ofício nº 28/2019, Natália Bastos Bechepeche Antar comunicou ao Presidente do Sindicato dos Notários e Registradores do Espírito Santo inconsistência na quantidade de registros de nascimento, uma vez que no sistema de informática constava como último assento o número 35.628 enquanto que nos livros de registros de nascimentos o último termo era, na verdade, 32.315.

Teófilo Soares da Silva contava o auxílio da escrevente Kênia Rodrigues Diniz. Quando Teófilo e Kênia deixaram a serventia ela foi contratada como escrevente no Cartório do Registro Civil e Tabelionato de Notas do distrito de Rio Muqui, comarca de Itapemirim/ES (CNS 02.257-4), onde exerceu a função de julho de 2019 até julho 2021.

De acordo com Ofício nº 001/2021, da lavra de Francisco Ferreira Lima, titular do Cartório do Registro Civil e Tabelionato de Notas do distrito de Rio Muqui, comarca de Itapemirim/ES (CNS 02.257-4), a escrevente Kênia Rodrigues Diniz foi afastada das suas funções após a descoberta de irregularidades supostamente cometidas por ela, em relação a registros de casamentos.

Outras irregularidades supostamente cometidas pela escrevente Kênia Rodrigues Diniz na serventia do distrito de Rio Muqui foram identificadas pelo titular e devidamente comunicadas, conforme se observa dos ofícios anexos.

Inquérito Policial e investigação

A Delegacia de Polícia Civil de Itapemirim/ES foi comunicada do fato pelo esposo da titular da serventia, tendo sido lavrado o boletim unificado 47702162, no dia 04 de maio, às 5h36m.

A equipe da Corregedoria Geral da Justiça diligenciou junto a Delegacia de Polícia Civil de Itapemirim/ES e, durante reunião com Exmo. Sr. Delegado de Polícia, obteve a informação que tramita na Superintendência Regional Sul o Processo nº 0000479-47.2022.8.08.0069, que tem o escopo de definir a autoria e materialidade do crime de incêndio ocorrido na circunscrição de Itapemirim/ES nos dias 02 e 04/05/2022.

No referido Processo houve representação pelo afastamento do sigilo bancário dos envolvidos feita pela autoridade que preside o inquérito policial, sendo esta a atual fase da investigação.

Correição realizada em julho de 2021

A Corregedoria Geral da Justiça realizou Correição no Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas da Sede da Comarca de Itapemirim/ES (CNS 02.229-3) em julho de 2021. No relatório houve determinação para que o Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos notificasse Teófilo Soares da Silva, responsável anterior pela serventia para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar todos os livros e documentos referentes aos atos praticados durante sua gestão, indicados pela titular da serventia.

Foi determinado, ainda, que entregasse a titular, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, toda a documentação integrante do acervo da serventia que ainda estivesse em sua posse.

Em resposta o magistrado apresentou o Ofício nº17/2022 informando que Teófilo Soares da Silva, foi devidamente notificado, para cumprir o item 3.8.1, eventos 1 e 2, do Relatório de Correição Ordinária.

Natália Bastos Bechepeche Antar informou à equipe da Corregedoria que Teófilo Soares da Silva, cumprindo a determinação, compareceu ao cartório no dia anterior ao incêndio.

Registros conservados em meio eletrônico

Conforme informado pela titular em diversos ofícios, entre outras irregularidades o responsável anterior não realizava a carga das informações do Registro Civil na respectiva central (CRC), e nem possuía backup dos dados. Das informações coletas pela equipe da Corregedoria, observou-se que os

dados relativos ao período sob sua responsabilidade estão em dia. Ato contínuo, estava providenciando a carga dos registros anteriores e a digitalização dos livros.

Natália Bastos Bechepeche Antar informou que existe cópia de segurança dos dados do sistema utilizado na serventia, bem como da parte do acervo que havia sido digitalizada. Do período sob sua responsabilidade tudo havia sido digitalizado, e também uma parte do acervo referente aos anos anteriores.

Informações complementares

Informamos que tramitou na 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde do juízo de Vitória, Comarca da Capital, o Processo Nº 5027480-59.2021.8.08.0024, proposta por empresa sediada no Reino Unido acerca de casamentos irregulares envolvendo os atos praticados por Kênia Rodrigues Diniz no Cartório do Registro Civil e Tabelionato de Notas do distrito de Rio Muqui, comarca de Itapemirim/ES (CNS 02.257-4), já sentenciada.

Informamos, também, a existência do procedimento de Informação de Polícia Judiciária nº 5636968/2021 – 2021.0021110-DPF/VDC/BA, que tramita na Delegacia de Polícia Federal em Vitória da Conquista/BA, e que investiga a emissão de certidões e outros documentos. Durante a operação LONDON EYE foram apreendidos documentos na residência de TEÓFILO SOARES DA SILVA.

São estas as informações pertinentes que cabiam o registro nesta Correição Extraordinária, ressaltando que todas as medidas cabíveis no âmbito de competência desta Corregedoria Geral da Justiça já foram adotadas com a finalidade de regularização do acervo, de modo que submeto este relatório para fins de homologação e ciência do Conselho Superior da Magistratura.

Índice dos anexos

1. Processo SEI 7002823-57.2022.8.08.0000, Decisão/Ofício 1153094
2. Portaria CGJES nº 25/2022
3. Dossiê fotográfico do local do incêndio
4. Inventário do acervo parte 1
5. Inventário do acervo parte 2
6. Fotos do acervo no fórum
7. Ato nº 088/2019 nomeação da Natália
8. Termo de investidura
9. Termo de exercício
10. Portaria de designação do substituto
11. Ato nº 039/90 do Teófilo
12. Ato 1047/2010 do TJES Teófilo

13. Processo nº 201800453782 decisão Itaipava
14. Processo nº 7002640-91.2019.8.08.0000 decisão Itapecoá
15. Ata notarial livro 222-D, folhas 117-140
16. Ofício nº 081/2020 da Natália
17. Ofício nº 092/2020 da Natália
18. Ofício nº 28/2019, Natália
19. Ofício nº 001/2021 Rio Muqui
20. Boletim unificado 47702162
21. Relatório de correição em 2021 cartório sede Itapemirim
22. Resposta do juízo de Itapemirim
23. Processo Nº 5027480-59.2021.8.08.0024
24. INFORMAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA Nº 5636968/2021
25. Ofício nº 06/2021 da Natália
26. Ofício nº 14/2021 da Natália
27. Ata da inspeção de 2020
28. Processo SEI nº 7004365-18.2019.8.08.0000 e Ofício nº 05/2019, Natália
29. Ofício nº 5692654/2021 - DPF/VDC/BA
30. Ofício nº 01/2022, Natália
31. Ofício rio Muqui – Rene e Amanda
32. Ofício rio Muqui – Everton Frantini
33. Ofício rio Muqui – Scheila e Maikel
34. Ofício rio Muqui – Douglas
35. Ofício rio Muqui – Evilazio e Paula
36. Ofício rio Muqui – Ezequiel e Higor
37. Ofício rio Muqui – Jefferson e Ana Sofia
38. Processo n 7006836-07.2019.8.08.0000 Decisão 0565342
39. Certidão da CGJES

Vitória/ES, 14 de maio de 2022.

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 17/05/2022, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1165436** e o código CRC **C130F45A**.

7002861-69.2022.8.08.0000

1165436v5